

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE

-----Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, pelas vinte horas e dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Tomada de Posse do Provedor Municipal;-----

-----2. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015;-----

-----3. Modificações Orçamentais – 2ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2014;-----

-----4. Modificações Orçamentais – 2ª revisão ao Orçamento do ano de 2014;-----

-----5. Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos;-----

-----6. Expropriação de terrenos para a zona Industrial de Mira de Aire – Pedido de declaração pública e posse administrativa – Lei 168/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 56/2008 de 4 de setembro;-----

-----7. Autorização para Abertura de Procedimentos Concursais, nos termos do nº 2 do artigo 64º da lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro;-----

-----8. Ginástica Sénior – Participação às Juntas de Freguesia do Concelho de Porto de Mós;-----

-----9. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: António Pereira Carvalho (PS – Falta justificada); Artur José dos Santos Vieira – Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire (PS – Falta justificada); Cristiana Ferreira do Rosário (PSD – Falta Justificada).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Anabela Martins, Rita Cerejo, Rui Fernando Correia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Marto, António José Jesus Ferreira e Nélia Maria da Piedade Nogueira.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontravam-se as Assistentes Técnicas Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e Maria Alina Santos Areias.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita que estes apresentaram dentro do prazo regimental. Face ao pedido de suspensão do mandato apresentado por Alfredo Martins Correia eleito pela Coligação Democrática Unitária, foi o mesmo substituído nos termos do artigo 79º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro. Assim e encontrando-se presente na sala o membro seguinte na lista de eleitos da Coligação Democrática Unitária, António da Conceição Ferraria, foi o mesmo chamado para o substituir tendo exibido o seu BI com o número 4092718, bem como o NIF 159 067 235, tendo sido verificada a sua legitimidade para assumir funções. Igualmente o eleito pelo Partido Socialista António Pereira Carvalho, em falta nesta sessão, foi substituído por Maria Inês Freitas Amado, que encontrando-se na sala assumiu funções na Assembleia Municipal tendo apresentado o seu cartão de cidadão nº 14023434 9 ZZ7 bem como o NIF 231 660 910.-----

-----2. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar à Assembleia Municipal se alguém queria fazer algum reparo à ata da anterior sessão ordinária. Não havendo qualquer reparo a fazer, passou então o senhor Presidente da Assembleia a pôr a votação a referida ata, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----3. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez depois referência à correspondência recebida nos serviços desde a realização da última sessão desta Assembleia, ficando a mesma disponível para consulta de quem assim o pretenda.-----

-----Relativamente à perda de competências do Tribunal da Comarca de Porto de Mós, disse ter pedido ao seu congénere António Lucas do Município da Batalha, para tratar deste assunto na Assembleia Municipal de Junho, tendo este respondido que o assunto não foi agendado dada a grande extensão de agendamentos para aquela sessão.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Deu depois destaque a uma iniciativa que tomou, dadas as duvidas que persistiam e de que teve conhecimento através de órgãos de comunicação social, da incompatibilidade existente entre as funções de membro da Assembleia Municipal, membro do executivo da Junta de Freguesia e de adjunto do senhor Presidente da Câmara desempenhadas pelo senhor deputado municipal Hélder Paulino. Passou depois a ler o pedido de parecer que foi solicitado à CCDR-C, bem como o respetivo parecer emitido por aquela entidade, realçando que o mesmo foi enviado a todos os grupos municipais, encontrando-se o mesmo arquivado para quem o deseje consultar. Concluiu dizendo que do parecer não resulta qualquer incompatibilidade, referindo que do mesmo deu conhecimento ao visado Hélder Paulino e ao senhor Presidente da Câmara dadas as funções que aquele exerce junto deste.-----

-----**4. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----Entrando no período de antes da ordem do dia o senhor Presidente da Assembleia passou referir que estavam abertas as inscrições para quem quisesse intervir.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra começou por saudar todos os presentes. Disse depois que trás aqui algumas questões que lhe foram colocadas por algumas pessoas do concelho, referindo que na freguesia de Pedreiras os terrenos dos agricultores são alagados por enxurradas de água com os inevitáveis prejuízos daí decorrentes, faltando ali algumas valas e/ou manilhas para obviar essa situação. Também em Alcaria a estrada da Fornea está praticamente intransitável. Quanto a São Bento, passou a elencar todas as estradas que necessitam de intervenção urgente.-----

-----Passou depois a referir-se aos problemas dos pequenos agricultores e das populações rurais nomeadamente à exigência de emitir faturas relativamente a todos os produtos que vendem com a necessária coleta nas Finanças.-----

-----**Júlio João Vieira Carreira (PSD):**-----

-----Cumprimentando todos os presentes, passou a pedir, em nome do Grupo Municipal do PSD, que esta Assembleia fizesse um minuto de silêncio pelo falecimento recente da mãe do seu companheiro António Pires, se o senhor Presidente da Assembleia concordasse, tendo este dito que concordava plenamente.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD)**, agradeceu a todos os presentes este voto de pesar manifestado, agradecendo em seu nome e em nome da família.-----

-----**Mário Alberto Rosa da Cruz (CDS/PP):**-----

-----Depois de dar as boas vindas aos novos elementos desta Assembleia passou a felicitar a Câmara Municipal pelas iniciativas que a mesma tomou nomeadamente com a realização das Jornadas denominadas Memórias do Carvão e no passado fim de semana, o Festival Viver Porto de Mós. Quanto às primeiras, que foram realizadas em colaboração com a Câmara Municipal da Batalha, entronca, naquilo que o CDS, já na sua campanha eleitoral vinha falando relativamente a um projeto estratégico de desenvolvimento do Turismo em Porto de Mós, ou seja, são este tipo de iniciativas ligadas ao conhecimento, não só científico mas também à valorização de um património histórico-industrial importantíssimo no concelho de Porto de Mós, que devem ser promovidas. Disse ainda que se comprometia numa próxima sessão da Assembleia a apresentar um documento mais pormenorizado relativamente a este tipo de iniciativas e a este tipo de exploração daquilo que é o nosso património, tanto histórico, como histórico-industrial ou histórico-natural. Disse ainda que é um manancial que traz movimento a Porto de Mós, e que dinamiza a economia local estando de parabéns a Câmara Municipal mas não devendo ser esta uma iniciativa isolada. Saudou depois a organização do Festival Viver Porto de Mós, deixando também um alerta: quem participou neste fim de semana ter-se-á apercebido do envolvimento das associações do concelho nesta iniciativa e excluindo o acontecimento anual das festas de S. Pedro, há muito que não se via tanta gente num fim de semana em Porto de Mós, dizendo que o CDS entende que a Câmara deverá promover este tipo de iniciativas aproveitando a dinâmica que as associações provaram que têm. Colocou depois uma terceira questão à Câmara, dizendo que chegou ao seu conhecimento de que os equipamentos desportivos instalados pela Câmara têm vindo ser danificados de uma forma completamente incompreensível dado que tanto quanto sabe existem recursos humanos afetos a esses equipamentos e que deviam zelar por eles. Assim disse achar que se deviam chamar à responsabilidade os funcionários que estão adstritos à vigilância dos equipamentos e estabelecer regras rígidas da utilização dos mesmos.-----

-----**Telma Cristina Rodrigues da Cruz (PSD):**-----

-----Começou por dar os parabéns à organização e a todos quantos participaram direta ou indiretamente no Festival Viver Porto de Mós. Para além de promover o concelho reunindo a vertente social, educativa e social ao desporto, natureza e turismo, este festival promoveu também o intercâmbio de saberes intergeracionais e o convívio entre a população do concelho. Muitos foram os que visitaram o Parque Verde neste fim de semana de atividades, refletindo assim o que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguém dizia durante o evento, "Porto de Mós afinal mexe". Assim, mais do que Viver Porto de Mós, foi conviver Porto de Mós.

Helder Paulino Ferreira (PS):

Disse que apenas queria fazer um pequeno comentário sobre a situação que foi aqui colocada sobre o pedido de parecer efetuado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal acerca das incompatibilidades dos eleitos locais. Continuou dizendo que antes da tomada de posse, o Gabinete Jurídico da Câmara Municipal teve a preocupação de ponderar sobre a duplicidade de funções que efetivamente exerce, tendo sido concluído pela legalidade da situação em causa. Continuou dizendo que se está a tentar denegrir a sua imagem, não sendo a primeira vez que ao seu nome aparece na comunicação social pela negativa. Disse ainda que gostaria de ser referido também por boas razões pela bancada da oposição, nomeadamente pelo crescimento que a freguesia de Calvaria de Cima teve enquanto ele foi Presidente da respetiva Junta. Disse ainda que, no comunicado que apareceu na comunicação social se refere que a Junta de Freguesia de Calvaria de Cima adjudicaria todos os trabalhos a uma firma, da qual o então tesoureiro, seria sócio, referindo a falsidade de tais afirmações. Aconteceram algumas situações de adjudicação a essa empresa nos primeiros anos do seu mandato pelo facto de não ser fácil que qualquer empresa aceitasse fazer pequenas obras atendendo o nível a que o mercado se situava na altura, sendo certo que há mais de dez anos que essa empresa não faz um trabalho para a Junta de Freguesia, pedindo para que se parasse com este tipo de afirmações gratuitas.

Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):

Passou a referir-se a uma pequena moção que foi aprovada na última sessão da Assembleia de Freguesia de Alqueidão da Serra e da qual passou a dar nota a esta Assembleia Municipal:

"Moção aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia de Alqueidão da Serra realizada no dia 30 de junho de 2014, a propósito do estado em que se encontra a parte final do percurso pedestre da Estrada Romana no troço entre Casais dos Vales e Carreirancha, vulgarmente conhecido por Borda da Ladeira, na sequência das obras da construção do abastecimento de águas, realizadas.

MOÇÃO

Reposição do troço final do percurso pedestre da Estrada Romana

As obras de construção do abastecimento das águas a Covas Altas e Covão de Oles e sua ligação à rede de Alqueidão da Serra, dadas como concluídas à cerca de uma ano, deixaram o troço final do percurso pedestre da Estrada Romana num estado deplorável, com grandes pedras

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e outros obstáculos no troço, compreendido entre Casais do Vales e a Carreirança. Tendo o problema sido denunciando em recente Assembleia Municipal e não tendo sido recebida resposta satisfatória por parte do executivo municipal que considerou aquela via como um caminho sem importância e onde não passa ninguém, propõe-se a aprovação da seguinte moção:-----

-----1. Atendendo a que parte do caminho em questão permite o acesso a vários terrenos agrícolas; -----

-----2. Atendendo a que o troço foi degradado pelas obras pertencente ao percurso pedestre da Estrada Romana, circuito devidamente sinalizado e com referência em várias publicações como o recente Guia da Revista Visão, intitulado Portugal ao Ar Livre, na sua página 30, o Guia Percursos Pedestres, editado pelo Centro Rural das Serras de Aire e Candeeiros, o Guia de Percursos Pedestres editado pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e pela Região de Turismo de Leiria/Fátima, nas páginas 82 a 87, e o Guia de Percursos Pedestres e BTT, duas edições do Semanário Região de Leiria;-----

-----3. Atendendo a que têm existido várias queixas de proprietários de terrenos bem como de pessoas que se deslocam à nossa freguesia para desfrutar de um percurso pedestre devidamente sinalizado e publicitado, que foi truncado na sua secção final, a Assembleia de Freguesia de Alqueidão da Serra propõe que a Câmara Municipal de Porto de Mós, por intervenção direta ou por intermédio da empresa que efetuou as obras de abastecimento de água, reponha a situação o mais próximo possível do original, no mais curto espaço de tempo, a bem dos habitantes da freguesia e de todos quantos procuram esta maravilha do concelho de Porto de Mós, ainda por cima implantada em área de Parque Natural."-----

-----Disse ainda que tinha disponíveis para consulta as publicações que acima vêm referidas e que o traçado da Estrada Romana é o segundo maior da Península Ibérica.-----

-----Outro ponto que comentou tem a ver com o saneamento básico na freguesia de Alqueidão da Serra, referindo não saber qual a percentagem de cobertura do mesmo dizendo que existem pessoas que não têm possibilidade de fazer essa ligação, consistindo o seu saneamento numa fossa que terá que ser despejada regularmente. Nesta altura, as pessoas que faziam estes serviços, até pelo apertar da malha relativamente a questões ambientais, deixaram de o fazer, confrontando-se os interessados com essa dificuldade. Tendo feito chegar essa preocupação junto dos Serviços de Ambiente da Câmara Municipal foi-lhe respondido que existem empresas especializadas na realização desses serviços. Sugeriu depois que o Município de Porto de Mós, à semelhança do que acontece com outros, ofereça esse serviço aos munícipes a um preço razoável, dado que o valor que aquelas empresas cobram é incomportável para as pessoas. Continuou dizendo que se trata de uma questão de saúde pública porquanto as pessoas não têm capacidade financeira para mandar fazer esses desejos estando estes a acontecer a céu aberto.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Para terminar disse ainda que uma parte da escola primária de Alqueidão da Serra foi intervencionada tendo sido com algum espanto que viu o início do ano letivo acontecer sem que as obras estivessem concluídas. Perguntou se houve algum percalço que tivesse feito parar as obras, se há algum retrocesso e se, ou quando, irão ser finalizadas, referindo que esta foi uma questão que lhe foi colocada pela Associação de Pais, e à qual não soube responder.-----

-----Terminou depois dando os parabéns ao Município pelo excelente evento que foi o Festival Viver Porto de Mós e pelas obras que foram realizadas em Alqueidão da Serra recentemente, no âmbito do reforço da rede de águas em alguns pontos da freguesia.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar os presentes passou a referir que as dúvidas que existiam sobre a incompatibilidade existente entre os cargos desempenhados pelo deputado municipal Hélder Paulino Ferreira não eram propriamente descabidos, dado que no próprio sítio da Comissão Nacional de Eleições onde está publicada a Lei Eleitoral Anotada se diz que é incompatível o exercício da função de membro do executivo da Junta de Freguesia e de Deputado Municipal. Desta forma, o parecer da CCDR é a interpretação da lei, que se aceita. Disse ainda que todos estão sujeitos ao escrutínio dos cidadãos não sendo o seu bom nome que está em causa mas apenas o facto da ocupação de três cargos no mesmo concelho possa suscitar. -----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Começou por dizer que queria felicitar o executivo pela realização do Festival Viver Porto de Mós e também pelas Jornadas Memórias do Carvão. Quanto a estas últimas disse que gostaria de fazer duas perguntas ao município, sendo uma delas porque é que a Junta de Freguesia de Serro Ventoso não foi convidada para fazer parte da organização do evento, já que algumas instituições, tais como o Centro Recreativo das Alcanadas o fez. Perguntou ainda porque é que, tendo sido convidadas algumas pessoas que trabalharam nas minas, não foi convidado nenhum freguês de Serro Ventoso que tivesse trabalhado nas Minas da Bezerra ou nas Minas de Alcanadas, chamando a atenção para o facto de em Serro Ventoso ainda existirem pessoas idosas que trabalharam nas Minas e que não foram convidadas para estarem presentes.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que segundo se apercebeu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta sessão da Assembleia Municipal não foi publicitada nos órgãos de comunicação social, significando um prejuízo para o conhecimento do público, dizendo não saber se foi por lapso ou por intenção de que tal acontecesse.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao anterior interveniente dizendo que essa publicação foi feita no jornal Diário de Leiria por não ter sido possível fazê-la no jornal O Portomosense, que sendo um jornal com uma periodicidade quinzenal, já havia sido publicado.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Começou dizendo que, antes de começar a sua intervenção, tem uma pergunta prévia para fazer à mesa, dado que este assunto nunca foi tratado a nível de Assembleia Municipal, perguntando se pode questionar diretamente o senhor Presidente da Câmara neste período de antes da ordem do dia. Tendo-lhe sido respondido que sim, iniciou a sua intervenção dizendo que chegou ao conhecimento deste Grupo Parlamentar a existência de uma situação completamente anómala referente ao exercício de funções de duas funcionárias do quadro do município de Porto de Mós colocadas no Agrupamento de Escolas de Porto de Mós. A saber: na vigência da Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento e como consequência da indefinição diretiva, os serviços da administração escolar, nomeadamente no que respeita ao cargo de coordenador e tesoureiro, foram sendo assegurados de forma transitória por funcionários propostos *ad hoc* pela referida Comissão Administrativa Provisória cessante, sendo o exercício dos ditos cargos também ele provisório. Após as recentes eleições e consequente tomada de posse da nova direção do agrupamento, seria natural que se regularizasse a situação das chefias dos serviços de administração escolar. Ora, sucede que os cargos de coordenação técnica e de tesoureiro, vinham sendo ocupados sem qualquer nomeação oficial ou designação própria, por duas funcionárias do quadro de pessoal da autarquia e sob tutela direta da Câmara Municipal. Como tal, seria natural e ao que apurámos, exido legalmente, que os funcionários sob tutela da autarquia a desempenhar funções no Agrupamento, só podem ser designados para cargos de chefia pela própria autarquia, aconselhando a lei que assim seja em articulação entre a Autarquia e a Direção do Agrupamento. Sucede porém, que os referidos cargos (coordenação técnica e tesoureira) vêm sendo exercidos sem qualquer suporte, nomeadamente nomeação ou procedimento concursal por funcionárias da autarquia e por nomeação direta do senhor Diretor do Agrupamento, que atua à revelia das competências que lhe cabem e bem assim, exercendo poder funcional sobre trabalhadores que não estão sob a sua alçada. Acresce que as referidas pessoas, tanto quanto pudemos apurar, nem sequer reúnem as condições de facto e de direito suficientes ao desempenho dos ditos cargos. Gostaríamos pois que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara esclarecesse a Assembleia, se tem conhecimento desta situação, se a mesma ainda se mantém e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se em algum momento deu a sua concordância ao senhor Presidente do Agrupamento para que as mesmas fossem nomeadas ou se houve qualquer outra forma de designação das referidas funcionárias para os cargos de coordenadora técnica e de tesoureira.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou depois a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes, começando por cumprimentar todos os presentes.-----

-----Respondendo a **António Ferrara (CDU)**, disse que conjuntamente com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras já diligenciou no sentido de negociar com alguns proprietários, sendo ele próprio um deles, da sua disponibilidade para cedência do terreno que for necessário para intervencionar o caminho que referiu. Disse ainda que um dos proprietários não manifesta essa disponibilidade. Esclareceu depois que os outros caminhos agrícolas que aqui referiu, em Alcaria e o da Fornea, de acordo com o protocolo que foi assinado entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, passam a ser da responsabilidade dessas Juntas de Freguesia, sendo que as mesmas recebem uma verba para a sua manutenção e/ou conservação. Quanto às estradas de S. Bento, referiu que esta freguesia tem sido nos últimos anos uma das freguesias que mais metros quadrados de alcatrão recebeu.-----

-----A **Júlio Vieira** respondeu que desde o primeiro momento a Câmara Municipal se associou ao momento de pesar do senhor deputado municipal António Pires.-----

-----Referiu depois, a propósito da intervenção de **Mário Cruz**, que houve uma série de intervenções transversais, que têm a ver com agradecimentos ao município pela realização das Jornadas Memórias do Carvão e do Festival Viver Porto de Mós, realçando ser esta vivência que se quer para Porto de Mós, agradecendo às instituições que participaram e reconhecendo ainda o trabalho dos funcionários da autarquia na organização destes eventos, sem o qual não teriam sido possíveis.-----

-----Quanto à degradação dos equipamentos desportivos, disse que esse é um problema que o município atravessa, alastrando-se essa degradação ao mobiliário urbano e aos equipamentos de lazer, tendo sido vandalizados os equipamentos de geriatria existentes no Parque Verde bem como os aspersores de água e os candeeiros junto à Capela de Santo António, entre outros. Disse ainda que a Câmara está atenta a essa situação, tendo vindo a fazer grandes investimentos na manutenção desses equipamentos, recordando o grande investimento que foi feito na recuperação do pavilhão gimnodesportivo de Porto de Mós bem como no de Mira de Aire.-----

-----A **Filipe Batista** disse que ontem mesmo, em reunião de Câmara, foi deliberado por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unanimidade, proceder à doação do terreno onde está construída a sede da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, à mesma, para que se possa finalmente proceder à legalização daquela situação. Quanto à questão da moção da Assembleia de Freguesia de Alqueidão da Serra é necessário esclarecer que quando aquele interveniente referiu o troço final da Estrada Romana, não se está a falar da Estrada Romana propriamente dita, mas sim do troço que dá acesso à parte final da Estrada Romana. Disse depois que há aqui por parte do empreiteiro alguma resistência na reparação do caminho pois que se tratava de um carreiro, não tendo assim aquele, o dever de o transformar num caminho transitável, pelo que essa reparação será conjunta entre a Câmara e a Junta de Freguesia. Quanto ao Roteiro editado pelo Jornal de Leiria, disse que se tratou de edição conjunta entre o Jornal de Leiria e a Câmara Municipal.-----

-----Quanto ao saneamento em Alqueidão da Serra disse que esta freguesia foi, para além de Mira de Aire, a freguesia que mais beneficiou nos últimos anos, em termos de saneamento básico. Disse ainda que muitas casas não estão ligadas à rede de saneamento básico porque as pessoas não querem e porque isso custa dinheiro.-----

-----No que se refere à questão do fibrocimento nas escolas disse que existe ainda em Alqueidão da Serra um pequeno edifício onde ainda há fibrocimento. Continuou dizendo que há regras definidas, bem rígidas, para a remoção do fibrocimento devendo haver um perímetro de isolamento por causa das poeiras de amianto libertadas, pelo que essa remoção deverá ocorrer ao sábado e estando esses trabalhos adjudicados, só não foram ainda executados atendendo ao mau tempo que se tem feito sentir. Terminou dizendo que é o único caso de amianto no concelho de Porto de Mós, que ainda não foi resolvido. -----

-----A **Carlos Amado** respondeu que as Jornadas Internacionais Memórias do Carvão resultaram de uma parceria das Câmaras Municipais de Porto de Mós e da Batalha, coordenadas pelo doutor Jorge Brandão. Continuou dizendo que a única Junta de Freguesia que esteve presente na organização foi a de Alcanadas, do concelho da Batalha. No entanto, este poderia ter estado presente nos trabalhos destas Jornadas porque elas têm também a ver com a sua terra. Mais importante que isso, disse, é o que se pode fazer daqui por diante, sendo sua intenção a publicação das atas destas Jornadas de forma a preservar a memória deste que foi um dos importantes recursos desta região nos anos 30 a 50 do século passado. -----

-----Passou depois a esclarecer o senhor deputado municipal **António José Teixeira** sobre a questão que apresentou, dizendo que em 2013 houve a fusão dos agrupamentos de escolas de Porto de Mós/Mira de Aire. Em meados de 2013, o senhor Presidente da CAP e os elementos da direção reuniram consigo atendendo à necessidade de reorganização dos recursos humanos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dado que daí a poucos meses ocorreriam eleições autárquicas com a alteração dos órgãos municipais aguardou-se que estas se realizassem e se constituíssem os novos órgão autárquicos. Depois disso foi a vez de haver eleições para o Agrupamento de Escolas, tendo novamente acordado com o Presidente da CAP não haver nomeações para esses cargos até as eleições terem lugar, uma vez que iria sair dessa eleição uma nova direção. Disse ainda que mais foi acordada uma grelha, no sentido de avaliar de entre os dois grupos de funcionários – funcionários do Ministério da Educação e funcionários da Câmara Municipal – quais os que reuniam condições para assumir os cargos de tesoureiro e coordenador técnico, definindo critérios de seleção do pessoal em causa. Após a eleição para o Agrupamento de Escolas referiu que teve oportunidade de suscitar esse assunto junto do novo Diretor tendo este afirmado que iria pedir um parecer à DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares) sobre se a Câmara poderia ou não interferir no assunto. O parecer solicitado diz em conclusão que é da responsabilidade do agrupamento em articulação com o Presidente da Câmara a nomeação dos funcionários para ocupar o cargo. Ficou espantado quando viu a nomeação de dois funcionários sem que tivesse existido essa articulação com o Presidente da Câmara, perguntando afinal qual o seu papel neste processo todo. A nova direção mandou-lhe, depois de ter havido várias reuniões com o senhor Diretor do Agrupamento, um *e-mail*, que referia a existência de dois grupos de funcionários, os da Câmara e os do Ministério da Educação, reconhecendo do grupo da Câmara competências a dois e do grupo do Ministério reconhecia com competências três ou quatro. Respondeu-lhe depois dizendo que, se era do seu entendimento que no quadro do Ministério da Educação existiam funcionários com competência para o efeito, o problema estava resolvido, pois não aceitava nomeações arbitrárias dentro dos funcionários da Câmara, dado que os funcionários da autarquia que exercem funções no Agrupamento têm provas dadas da sua competência, pelo que poderia nomear dentre os funcionários do Ministério os elementos para ocupar os cargos em apreço, não sabendo até à data de mais alguma evolução. Terminou dizendo que da sua parte está tranquilo, tendo cumprido os seus compromissos, o que não aconteceu da outra parte, que não soube lidar com esta situação de algum melindre, como são os recursos humanos.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, sobre este assunto disse que vê com alguma tristeza este assunto arrastar-se durante um ano, sendo afinal uma situação que poderia ser resolvida, muito facilmente se não mexesse com interesses pessoais e de pessoas que estão a querer ser nomeadas em detrimento de outras, que têm tanta capacidade ou mais que elas. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse reconhecer que se trata de um assunto complicado e pediu que este se empenhasse na resolução do mesmo. -----

-----**Telma Cristina Rodrigues da Cruz (PSD)** pediu a palavra tendo o senhor Presidente da Assembleia dito que este assunto estava encerrado pelo que esta deputada municipal pediu a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavra em defesa da honra dizendo que os únicos interesses existentes são zelar pelo bem-estar e bom funcionamento daquela instituição (Agrupamento de Escolas de Porto de Mós).-----

-----**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente, o senhor Presidente da Assembleia passou a perguntar se alguém queria intervir.-----

-----Pedi para usar da palavra o munícipe **Marco Silva**, que depois de cumprimentar todos os presentes, disse que ao consultar os resultados dos Censos 2011, se apercebeu que do baixo número de jovens que havia a residir neste concelho, tendo esse numero descido face ao registado nos Censos de 2001. Disse querer acreditar que o senhor Presidente da Câmara conhece esta estatística querendo perguntar-lhe o que é que está a ser feito para combater este desafio que se coloca ao concelho, o que é que está a ser feito para cativar os jovens a fixar residência no concelho para além de iniciativas como festivais, que são obviamente bem-vindas e que promovem as atividades culturais em Porto de Mós. Gostaria de saber o que é que está a ser feito para atrair os jovens que estudam fora do concelho para que estes regressem e fixem cá a sua residência e possivelmente os seus negócios. Continuou dizendo que as autarquias são responsáveis pela satisfação das necessidades das suas comunidades e pela criação de condições para o bem-estar e qualidade de vida das suas populações e nesse sentido, perante o desafio emergente do abandono dos jovens deste concelho, solicita um esclarecimento sobre como é que o atual executivo municipal está a perceber e a reagir a este desafio.-----

-----**Avelino Vitoria Gomes**, passou depois a usar da palavra dizendo regozijar-se por ver que António Ferraria faz parte deste órgão por se tratar de uma pessoa que muito se interessa pelo concelho, sem desmerecimento para com os restantes deputados municipais. Referiu-se depois ao caminho que liga Alvados à Serra de Santo António. Continuou dizendo que, desde que a empresa Grutas de Santo António teve a gentileza de construir uma estrada que "ofereceu" ao Município de Porto de Mós e que faz a ligação às mesmas, aquela antiga estrada ficou um pouco esquecida, não estando tão cuidada como as demais que lhe eram congéneres há uns anos atrás. Congratulou-se pela alteração que sofreu o regimento antecipando este período de intervenção do público.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Câmara passou a responder a Marco Silva, dizendo que concorda apenas com parte da análise que este fez, pois quando se comparam os jovens de 2001 e os de 2011, as contas não são tão lineares de fazer, dado que os jovens de 2001, agora já não estão no mesmo grupo, pelo que não foram necessariamente perdidos para o concelho. O

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que se tem passado nos últimos anos é uma baixa de natalidade que origina uma diminuição dos jovens no concelho e que é efetivamente uma preocupação que todos sentem a nível nacional – Administração Local e Administração Central. Disse depois que esse é um problema que o preocupa e que é para a melhoria das condições de vida de quem vive em Porto de Mós, que a Câmara Municipal trabalha. Para fixar os jovens há uma questão que é crucial – a empregabilidade. Só haverá jovens em Porto de Mós se houver aqui empregos. A questão da dinamização do tecido empresarial do concelho é fundamental para criar as condições de fixação dos jovens neste concelho. Felicitou-o ainda pela sua intervenção congratulando-se por ver a preocupação que estas questões suscitam em jovens do concelho que a si preocupam também todos os dias.

-----Marco Silva usou ainda da palavra para dizer que na análise que fez se baseou em dados do INE. Terminou dizendo que depreende das palavras do senhor Presidente da Câmara que a estratégia do Município é unicamente gerar mais emprego. Atendendo a que este é um Município com uma grande tradição na indústria, disse pensar ser de todo conveniente encontrar um mecanismo ou um processo que permita atrair jovens licenciados para integrarem o mundo da indústria, para existirem empresas em Porto de Mós que sejam geridas por pessoas com mais capacidades e com mais talento.

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Tomada de Posse do Provedor Municipal:

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a usar da palavra para comunicar a todos os presentes que seguidamente se iria proceder a uma pequena cerimónia para empossar o senhor Carlos Alberto Vieira da Rosa no cargo de Provedor Municipal, em conformidade com o que estipula o respetivo regulamento.

-----Passou depois a usar da palavra o senhor Provedor Municipal, cumprimentando todos os presentes agradecendo a confiança que foi depositada em si.

-----O senhor Presidente da Assembleia agradeceu também em seu nome e no de todos os deputados municipais transmitindo-lhe votos das maiores felicidades para o exercício do cargo.

-----O senhor Presidente da Câmara disse depois que fazia suas as palavras do senhor Presidente da Assembleia, dizendo que conhece muito bem o senhor Carlos Vieira e da sua disposição em trabalhar em prol da causa pública, dizendo que este executivo municipal está disponível para colaborar naquilo que ele entender por bem, para o cabal desempenho da sua missão.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **2. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015;** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia usando da palavra referiu que a informação que foi sujeita a deliberação de Câmara e aprovada, foi oportunamente distribuída por todos os presentes e tem o seguinte teor:-----

----- “Nos termos do n.º 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), a Câmara Municipal tem que comunicar até 30 de Novembro, à Direção – Geral dos Impostos, a deliberação da Assembleia Municipal sobre a fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigorar e cobrar no ano 2015.-----

-----Na sequência da análise realizada sobre as taxas do IMI em vigor no Município e à legislação aplicável:-----

-----**Proponho:**-----

----- a) Que o Executivo delibere aprovar a taxa de 0,7%, em vigor nos anos anteriores, para os prédios urbanos não avaliados, não obstante a Lei em vigor permitir a aplicação da taxa máxima de 0,8% sobre os referidos prédios;-----

-----b) Que o Executivo delibere aprovar a taxa de 0,3% para os prédios urbanos já avaliados, valor que corresponde à taxa mínima legal em vigor.-----

-----c) Que o Executivo Municipal delibere propor à aprovação da próxima Assembleia Municipal, os valores das taxas mencionadas nas alíneas a) e b) anteriores.”-----

-----Usou da palavra seguidamente o senhor Vice Presidente da Câmara salientando que quanto aos valores das taxas aqui mencionadas houve a preocupação de os manter iguais aos que vigoraram para 2014.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra disse que queria apenas esclarecer uma dúvida: aos prédios que já foram avaliados aplica-se uma taxa de 0.3% e aos que não foram avaliados uma taxa de 0.7%, perguntando se os que os foram avaliados pagam menos dos que os que foram avaliados.-----

-----O senhor Vice Presidente da Câmara passou a responder dizendo que a taxa de 0,7% aplicável aos prédios não avaliados pode resultar num valor muito inferior ao aplicável aos prédios avaliados, cujos 0,3% incidem sobre um valor patrimonial muito superior.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o presente ponto da ordem de trabalhos - **Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Imóveis para o ano de 2015 – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**3. Modificações Orçamentais – 2ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2014 e 4. Modificações Orçamentais – 2ª revisão ao Orçamento do ano de 2014**:-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, quanto a estes pontos, referiu que, por razões de sistematização, os mesmos seriam discutidos conjuntamente, mas votados separadamente. -----

-----Usando da palavra o senhor Presidente da Câmara referiu que a situação se prende com o seguinte: primeiro que terá que ser assinado com a Administração de Saúde do Centro um protocolo para pagamento da estadia de uma médica cubana que vem para Porto de Mós. Atendendo à dificuldade que se faz sentir em todo o concelho de os médicos existentes cobrirem todo o território municipal e à pressão que Município vem exercendo sobre a Administração Regional de Saúde, surgiu a oportunidade de colocação dessa profissional no concelho imputando-se à Câmara Municipal os custos acima referidos. Esse protocolo só poderá ser assinado depois de figurar no orçamento da Câmara essa rubrica. Outra questão que está também aqui em causa tem a ver com dois pequenos acidentes de trabalho que ocorreram com dois funcionários da autarquia, tendo sido decretada uma pequena indemnização aos dois pelo que a mesma terá que ser paga pela autarquia não obstante vir a ser ressarcida pela companhia de Seguros, pelo que se torna necessária a inscrição dessa verba no orçamento.-----

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS)**:-----

-----Pedindo a palavra, perguntou que despesas é que a Câmara iria pagar àquela profissional de saúde.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD)**:-----

-----Usando da palavra disse que se congratula com a iniciativa da Câmara atendendo à grande necessidade de médicos que existem em todo o concelho estando em causa a saúde e o bem estar da população. Perguntou depois a que se refere a rubrica "Locação de edifícios" que foi contemplada com o valor de mil euros.-----

-----Respondendo a **Joaquim Santiago**, o senhor Presidente da Câmara disse que a autarquia iria assumir a responsabilidade, mediante protocolo a assinar, a partir do mês de outubro, da renda da casa onde a médica em questão ficará alojada, da água, da luz e do gás, sendo isso que consta do protocolo entre o Governo Português e o Governo Cubano. Disse ainda que vem um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novo médico para a unidade de Juncal, Calvaria de Cima e Pedreiras.-----

-----Quanto a **Luís Almeida** disse que a rubrica que referiu, ficará em aberto para a hipótese do Município poder vir a receber aqui uma atividade que tem algum relevo a nível nacional, e que é uma Sala de Armas, que tem a ver com manuseamento de armas e sua história, fazendo sentido a sua existência aqui pelo facto de este ser um Município que está ligado à Batalha de Aljubarrota.---

-----O senhor Vice Presidente, que tem vindo a acompanhar este assunto usou da palavra para dizer que foram contactados pela Associação Espada Lusitana, que está na disposição de aqui instalar uma sala de armas, à semelhança do que existe em outros sítios, se o Município lhes disponibilizar um espaço. Trata-se de esgrima histórica e manejo de armas da Idade Média.-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção o senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 3 da ordem de trabalhos - **Modificações Orçamentais – 2ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2014** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----Seguidamente colocou a votação o ponto 4 da ordem de trabalhos - **Modificações Orçamentais – 2ª revisão ao Orçamento do ano de 2014** – tendo igualmente, o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----5. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos:-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que esta situação é apenas para conhecimento e tem a ver com a delegação de competências feita pela Assembleia à Câmara – compromissos plurianuais assumidos, que constam da lista que foi fornecida antecipadamente a todos os membros da Assembleia Municipal e não estando sujeita a votação.-----

-----6. Expropriação de terrenos para a zona Industrial de Mira de Aire – Pedido de declaração pública e posse administrativa – Lei 168/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 56/2008 de 4 de setembro:-----

-----O senhor Presidente passou a referir a necessidade de proceder ao pedido de declaração pública e posse administrativa dos terrenos sítos em Mira de Aire e que abaixo se identificam na proposta por si apresentada em reunião de Câmara atenta a dificuldade de negociação amigável com alguns proprietários por impossibilidade de identificação dos mesmos. Assim, para que se possa avançar com o processo de aquisição dos terrenos, torna-se necessária a autorização desta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal.-----

-----PROPOSTA-----

ASSUNTO: “Expropriação de Terrenos para a Zona Industrial de Mira de Aire – Pedido de Declaração de Utilidade Pública e Posse Administrativa – Lei nº 168/99 de 18 de Setembro, alterada e publicada pela Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro”-----

-----Tendo em vista a execução da empreitada “Construção da Zona Industrial de Mira de Aire”, torna-se necessário ocupar dez parcelas de terreno, devidamente identificadas no processo, e, para as quais foi solicitada a avaliação por perito da lista oficial, pelo que, atendendo à urgência, se deverá avançar com a tomada de resolução de requerer a declaração de utilidade pública de expropriação com carácter de urgência.-----

----- Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal aprove, de acordo com o disposto no artigo 10.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, a resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação dos bens a seguir indicados, necessários à obra em epígrafe, com os seguintes fundamentos:-----

-----a) **Causa de Utilidade Pública** – Trata-se da construção de uma Zona Industrial composta por duas fases, que irá possibilitar a instalação e laboração de um número razoável de indústrias, possibilitando a criação de vários postos de trabalho no concelho.-----

----- **Norma Habilitante** – O presente pedido fundamenta-se na disposição da alínea vv), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o artigo 1.º da mesma Lei, que confere a competência à Câmara Municipal para propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação.-----

-----b) **Bens a expropriar** – Trata-se de:-----

Parcelas	Número da matriz rústica da Freguesia de Mira de Aire, secção 004	Área p/ Lotes m ²	Área p/ Zona Verde de Proteção m ²	Área total m ²	Proprietário (s)	Número de Descrição Registo Predial
1	0006	114	446	560	Adelino Dias Vieira e mulher Maria Arlete Vieira Carvalho	3643
2	0019	229	1.131	1.360	António Emílio Carreira Pedro e mulher, Elisabete dos Santos Cruz, Elisabete Regina Carreira Pedro Cardoso e marido, Manuel Bento Cardoso e Isabel Mª Carreira Pedro Barradas e marido, António da Conceição Peres Barradas	2724
3	0022	80	280	360	Aníbal Carreira Gaspar	-
4	0023	74	286	360	Herdeiros de Isilda Carreira Querido	-
5	0024	79	201	280	Alfredo Batista Carreira	-
6	0025	7	273	280	Evaristo Marto Carreira	-
7	0026	200	-	200	Arménio Trindade Catarino	-
8	0028	27	116	143	Herdeiros de Lusitana Fiel Carreira	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9	0029	126	74	200	Herdeiros de Leontina dos Santos Batista	-
10	0113	1.336	6.464	7.800	Herdeiros de José Lavado Carreira Moço	-

-----c) **Previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação** – A previsão dos encargos com a expropriação, que tem por base a quantia que foi determinada em avaliação, de acordo com os relatórios efetuados pelo Perito da Lista Oficial Senhor Eng.º António Augusto Nogueira Narciso, em doze de maio de dois mil e catorze, que fazem parte integrante desta proposta é do valor global de **dezanove mil e oitenta e três euros**, assim discriminados:-----

Parcela	Número da matriz rústica da Freguesia de Mira de Aire, secção 004	Valor (Euros)
1	0006	985,00
2	0019	2.135,00
3	0022	650,00
4	0023	635,00
5	0024	548,00
6	0025	285,00
7	0026	750,00
8	0028	235,00
9	0029	565,00
10	0113	12.295,00

Os referidos encargos serão satisfeitos pela dotação orçamental do corrente ano através da rubrica 0102/070101, na qual têm cabimento adequado e ficam cativos.-----

-----d) **O previsto em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização** – Nos termos definidos no Plano de Pormenor da Zona Industrial de Mira de Aire, registado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, conforme declaração publicada no Diário da República, II Série, de vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa e sete, os terrenos a expropriar estão inseridos em área de lotes e zona verde de proteção e de enquadramento paisagístico previstos no referido Plano de Pormenor.-----

-----Proponho ainda que seja requerida a posse administrativa dos referidos prédios, nos termos do artigo 19.º do referido Código das Expropriações, de modo a tomar posse administrativa do bem a expropriar, atendendo a que os trabalhos necessários à execução da empreitada são urgentes e esta providência se torna indispensável para a prossecução ininterrupta da obra, uma vez que os terrenos não estão ainda disponibilizados.-----

-----Que se notifique os proprietários identificados, nos termos do n.º 5, do artigo 10.º e do artigo 11.º, do Código das Expropriações, remetendo proposta de aquisição das parcelas, pela via do direito privado.-----

-----Que a presente proposta, se aprovada, seja convertida em "Resolução" e remetida ao Presidente da Assembleia Municipal."-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Posto a votação, foi o assunto **aprovado por unanimidade**, estando presentes 27 (vinte e sete) membros e em efetividade de funções, 31 (trinta e um).-----

-----Assim, nos termos dos artigos 14º, nºs 2 e 3, 15º, nºs 1 e 2 e 19º nºs 1 e 2, todos do Código das Expropriações, em vigor, a Assembleia Municipal deliberou por maioria dos membros em efetividade de funções, a declaração de utilidade pública, com caráter de urgência e consequente posse administrativa dos prédios acima identificados.-----

----- **7. Autorização para Abertura de Procedimentos Concurais, nos termos do nº 2 do artigo 64º da lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a referir a necessidade que os serviços sentem em prover de recursos três postos de trabalho que se encontram previstos no quadro de pessoal e que não estão preenchidos, conforme consta de documento que oportunamente foi distribuído por todos os deputados municipais.-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

----- **8. Ginástica Sénior – Participação às Juntas de Freguesia do Concelho de Porto de Mós:** -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicitar a proposta que foi apresentada em reunião de Câmara pelo Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Porto de Mós, projeto que tem como principal objetivo aumentar os níveis de atividade da 3ª idade, propondo-se a Câmara a participar essas aulas em 120 euros por turma e tendo-se criado uma turma por freguesia com o máximo de 25 alunos.-----

----- **Benvinda da Silva Cláudio Januário (PSD – Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados):**-----

-----Inteiveio para dizer que, em aditamento a esta proposta, no caso da sua freguesia não se justifica fazer-se este protocolo como aqui está, perguntando porque é que não está em pé de igualdade com as outras freguesias, dado que o que paga ao professor é exatamente igual ao que irá receber da Câmara e porque não a Câmara pagar diretamente ao professor.-----

----- **José Gabriel Pires Vala (PSD):**-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Usando da palavra disse concordar com este projeto de ginástica para a 3ª idade e que há mais de dez anos que a Junta de Freguesia de S. João Baptista e S. Pedro lançaram este projeto, na altura sem qualquer apoio da Câmara. Esta aposta e esta ligação com a terceira idade é muito importante para combater o isolamento de que os idosos são objeto, congratulando-se com este apoio da Câmara.-----

-----**António da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Disse achar este projeto interessante, mas considera que possa haver freguesias que não consigam encontrar o número suficiente de idosos para que possam constituir uma turma, nomeadamente nas freguesias rurais, perguntando qual a solução para essa eventualidade.-----

-----O senhor Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a Benvinda Januário que a Câmara para pagar diretamente aos professores teria que fazer procedimentos concursais. A Gabriel Vala disse que, esta semana decorreu no Cineteatro de Porto de Mós, no âmbito do Mês do Idoso, um fórum bastante interessante e elucidativo.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Ginástica Sénior – Participação às Juntas de Freguesia do Concelho de Porto de Mós** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**6. Informação nos termos da alínea c), nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.**-----

-----O senhor Presidente da Câmara prescindiu de ler o documento enviado a todos os deputados municipais atempadamente, dando conta da atividade do município no período compreendido entre a última sessão da Assembleia e esta mesma, manifestando a sua disponibilidade para prestar qualquer informação tida por conveniente.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Passou a referir-se à necessidade urgente da construção do muro da Capela da Cruz da Légua. Referindo-se depois aos indicadores da atividade e analisando o que foi apresentado nos oito primeiros meses do ano, verifica-se que até agosto de 2014, as receitas previstas no orçamento já têm um grau de execução superior áquilo que nesta altura se pensaria. As despesas apresentam um grau de execução normal para os oito meses. Quanto à situação financeira do Município, disse ter ficado impressionado positivamente. Comparando janeiro e agosto de 2014, em termos de saldo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de depósitos à ordem, o executivo, aumentou substancialmente, quase para o dobro esse mesmo saldo. Quanto às dívidas a terceiros, verifica-se que nestes primeiros oito meses, todas as rubricas de fornecedores se encontram abaixo daquilo que existia em Janeiro de 2014. A única exceção que aqui aparece é na rubrica "outros credores", que teve algum aumento em relação a janeiro. Realçou assim a boa saúde económico-financeira que atravessa o concelho.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra afirmou que a boa saúde financeira e económica da Câmara é para colocar ao serviço da população. Referiu-se à construção da Estrada do Tojal/Ribeira da Baixo, da qual se fala há pelo menos seis anos, perguntando se havia necessidade de ter andado todo este tempo a sacrificar as pessoas que passavam naquela estrada, atendendo à situação económica do Município, realçando que tem que se pôr o que o concelho tem de bom ao dispor da população. Referiu-se depois ao mau estado em que se encontra a estrada que liga a Fonte dos Marcos a Mendigos.-----

-----**António José Menezes Teixeira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse que todas as informações que o senhor Presidente da Câmara deu a esta Assembleia, nesta sessão, são todas pertinentes. Disse depois que gostaria de tirar algumas ilações que entroncam naquilo que **António Pires** disse, de que todos aqui estão em função e em prol do concelho de Porto de Mós. Disse ainda que não só o fim de semana passado mas também o próximo irá com certeza movimentar muita gente, com as Jornadas do Património Europeu, em que vai haver uma colaboração íntima entre a Câmara Municipal e a Fundação Batalha de Aljubarrota para fazer o percurso a pé entre o Castelo de Porto de Mós e o Campo de S. Jorge, percurso que as tropas portuguesas fizeram no dia 14 de agosto de 1385. Realçou a importância que a Câmara tem dado à Ponte de Cavaleiro e à Ponte da Freixa, dois monumentos muito importantes das vias de comunicação dentro da vila e para fora da própria vila. Referiu também o ranking de bom funcionamento económico que a Câmara de Porto de Mós alcançou a nível nacional, e também dizer uma coisa muito importante que nunca foi dita por ninguém, e isto para tentar pegar na sequência de propostas que foram feitas por Júlio Vieira na última sessão desta Assembleia em relação à economia e às portas económicas para o Município de Porto de Mós. Continuou dizendo, e segundo dados do INE, que no ano de 2013, as importações foram cerca de quarenta e cinco milhões de euros e que as exportações do mesmo ano são de cerca de cento e sete milhões de euros, o que dá um score positivo de quase cerca de sessenta e sete milhões de euros, para o concelho de Porto de Mós.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que a construção do muro a que Luís Almeida se referiu é complicadíssima estando no entanto já a concurso. Quanto aos dados económicos que aqui foram referidos pelos senhores deputados municipais, disse que lhe agradava bastante a situação do concelho. Disse depois que até final do ano há algumas obras adjudicadas, esperando corrigir a questão dos investimentos que estão previstos em termos de Orçamento e Plano. Referiu depois que o facto de o Município de Porto de Mós estar em boa situação económica nem sempre é compensador dado que, por esse facto, Porto de Mós terá que participar para o Fundo de Apoio Municipal muito próximo de duzentos mil euros anuais durante sete anos, o que irá dar grosso modo, uma quantia de um milhão e quatrocentos mil euros para as Câmaras que estão endividadas. Quanto à ligação Fonte dos Marcos/Mendigos, disse que conhece bem a ligação que lá existe e embora o preocupe, existem outras situações idênticas e talvez piores.-----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações tomadas nos seguintes pontos: 2. Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2015; 3. Modificações Orçamentais – 2ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2014; 4. Modificações Orçamentais – 2ª revisão ao Orçamento do ano de 2014; 6. Expropriação de terrenos para a zona Industrial de Mira de Aire – Pedido de declaração pública e posse administrativa – Lei 168/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 56/2008 de 4 de setembro; 7. Autorização para Abertura de Procedimentos Concurais, nos termos do nº 2 do artigo 64º da lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro; 8. Ginástica Sénior – Participação às Juntas de Freguesia do Concelho de Porto de Mós, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.** -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 00.00 horas do dia 27 de setembro e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

